

PAISAGEM CULTURAL: DE UM ESPAÇO DE RETERRITORIALIZAÇÃO A UM RECURSO TURÍSTICO

João Luís Fernandes

Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
jfernandes@fl.uc.pt

RESUMO

Uma paisagem depende do ponto de vista do observador. Contudo, são importantes a localização geográfica e o substrato físico, os elementos funcionais e as mensagens simbólicas transmitidas. O movimento, expresso em atores como as diásporas, nega as teses que insistem num mundo dividido por mosaicos geográficos homogéneos. Pelo contrário, a heterogeneidade e o hibridismo são duas das palavras que melhor caracterizam as paisagens culturais da contemporaneidade. Nesta pós-modernidade, a paisagem será sempre uma representação de valores culturais e de relações de poder. No entanto, também se faz paisagem a partir das indústrias criativas, das representações que, como o cinema e a literatura, se projetam no espaço, territorializando-se em paisagens de entretenimento e lazer, como os parques temáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Representações; Reterritorialização; Pós-modernidade

ABSTRACT

A landscape depends on the point of view of the observer. However, the geographical location, the physical substrate, the functional elements and the transmitted symbolic messages are important issues to define each territorial scenery. On the other hand, the space mobility expressed in actors such as diasporas, denies the thesis that insist in a world divided by homogeneous geographic mosaics. Heterogeneity and miscegenation are full appropriate words in the description of contemporary cultural landscapes. In post modernity, landscapes are always a representation of cultural values and a testimony of power relations. Creative industries such as cinema and literature are also important spatial framing agents just because movies and fictional books are usually projected into landscapes of leisure and entertainment like theme parks.

KEYWORDS: Landscape; Representations; Reterritorialization; Post-modernity

A PAISAGEM. NOVOS OLHARES E RENOVAÇÃO DE UM OBJETO DE INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

Percorrendo de forma aleatória a obra de Miguel Torga, neste caso os *Diários VIII* (1959) e *IX* (1964), encontra-se na paisagem um tema de reflexão, um pretexto de viagem, um modelador de identidades, admitindo-se ali que a fruição de um espaço geográfico é um ato de formação de personalidades individuais e coletivas. Considerando-se um *geógrafo insaciável*, um consumidor de percursos, o escritor declara-se viajante e geógrafo na forma como compara lugares e revela paixão pelo conhecimento pessoal da terra, das cidades e das aldeias mais remotas, dos vales e das planícies, das serranias mais agrestes e dos areais da beira-mar, dos recantos mais lentos, esquecidos e conformados com o seu destino, aos lugares mais dinâmicos, inovadores e progressistas. Revelando conhecer bem Portugal e respetivas unidades espaciais - “Subi a todas as serras e calcorreei todos os vales desta pátria” (1959, p.11), para Torga a paisagem é o espaço dos encontros mas também o abrigo terapêutico da solidão, do eremita que ali se refugia, mais alto, para ler o horizonte, para melhor se conhecer a si próprio. Isto porque só pode refletir a paisagem quem a viu e pisou, só depois da vivência pessoal, de lá se ter estado, se entende a mensagem que cada pedaço da superfície terrestre veicula. Para Torga, a observação é o que cada um vê no espaço geográfico, a resultante de escolhas seletivas, como se olhássemos para isto e não para aquilo, hierarquizando elementos, valorizando uns, escondendo outros, tudo orientado por um trabalho cognitivo que nem sempre descobre o essencial e leva às melhores perspetivas de análise.

É através da paisagem que se regressa ao ponto de partida, à origem ou, nas palavras de Torga, à nascente, marca geográfica que condiciona a identidade de cada um. É pela paisagem que se reconhece o que está longe, não nos é familiar e por vezes se procura num ato turístico que acrescenta lugares ao mapa mental de cada um. É esta paisagem que inscreve as ruínas que nos ligam ao passado das civilizações. É esta espacialidade que denota o dinamismo dos lugares, a sua pujança ou decadência, como a Bruxelas que Torga visitou e na qual sentiu já terem passado os gloriosos dias que se revelam no requinte da Grand Place. Para o escritor, a paisagem é isso mesmo, lugar de extase mas também de angústia pelo que se pode perder, pela capital belga que já não era a mesma mas também pelo Douro que se via emparedado em empreendimentos hidráulicos - um espaço geográfico que as barragens iam alterando sem se saber, assim o vai confessando Torga, qual o sentido da mudança, se esta iria ou não respeitar a identidade telúrica daquela região portuguesa.

A Geografia tem um longo percurso de confrontos, debates e oscilações nas metodologias, nos enfoques e nos objetos de estudo. Partindo de um princípio geral – o da centralidade da paisagem nos estudos geográficos (Salgueiro, 2001; Domingues, 2001), a Nova Geografia Cultural tem renovado o interesse pela análise desse mesmo quadro paisagístico, acrescentando preocupações e curiosidades numa entidade que agora se reconhece como mais complexa, densa e multidimensional. Apesar do regime ocularcêntrico e da hegemonia modernista da visão, as paisagens têm espessura multissensorial e transmitem muito mais que o visível (Azevedo, 2008). Destas novas abordagens fica-nos uma paisagem reconhecida como material e imaterial, com uma estética que se pode representar pela fotografia, pelo cinema ou pela pintura, mas também como uma realidade que transporta elementos menos visíveis mas que estão lá, acompanhando o conjunto e dando-lhe um personalidade própria. Assim se acolhem na geografia conceitos como as *soundscapes*, as *smellscapes* ou as *tastescapes*, neologismos que não reconhecem as materialidades das paisagens sem as suas dimensões sonoras, sem os seus cheiros ou mesmo sem os sabores aos quais estas se associam. As paisagens são mais do que aquilo que se vê – revelam narrativas, histórias e personagens, acontecimentos e, sendo um património para o futuro, transportam consigo as marcas do passado (Gaspar, 2001).

A paisagem, preocupação e objeto de estudo de múltiplas áreas científicas e um recurso para diferentes atividades económicas, é central nas territorialidades do turismo e da viagem. Ao mesmo tempo densa e didática, proporciona experiências múltiplas que não são neutras porque se associam a acontecimentos e valores (Cosgrove, 1998; Claval, 2007).

Essa paisagem, densa, múltipla, instável e sistémica, está marcada pelo substrato físico da localização espacial, pela rocha que sobressai e condiciona a geomorfologia do lugar. Sem determinismos geográficos, uma paisagem cársica não é uma paisagem granítica, não tem os mesmos cromatismos, as mesmas condicionantes, a mesma luz, o mesmo património natural e cultural (Vieira e Cunha, 2006). A localização geográfica imprime-se na paisagem e nos lugares também pelo clima, pelas temperaturas médias e seus extremos, pelas amplitudes térmicas e pelas oscilações sazonais, pela vegetação autóctone e antrópica. Da localização derivam fatores marcantes na análise da paisagem e dos recursos turísticos, como a posição litoral ou continental, a presença ou ausência do elemento água, de um lago ou de um rio, expressões geográficas que podem mudar um lugar, imprimir-lhe uma identidade, como o Mondego, no caso de Coimbra, elementos da paisagem por vezes assumidos como geossímbolos turísticos, como o Sena, em Paris ou o Danúbio, em Budapeste.

Essa mesma paisagem é também um produto nem sempre harmonioso das necessidades, do direito ao abrigo e à proteção contra as adversidades da natureza, ao transporte, ao movimento mas também à paragem, à produção de mais-valias e ao comércio. A paisagem tem raízes no substrato físico, mas a este acrescentam-se as apropriações funcionais. Ao conjunto, juntam-se as representações simbólicas, objetos de celebração e comemoração, materializações de hierarquias de poder e ocorrências mais ou menos recentes, testemunhos de personagens que a História e o contexto político honraram, personagens com territorialidades que se dispersam no tempo e ali foram deixando marcas e também ali são agora exaltadas, enquanto novos atores na produção social e cultural do espaço. Nesse sentido, a paisagem transporta narrativas, dissimula histórias pessoais e coletivas, relevando valores como o aqui nasceu, o aqui viveu, o aqui morreu, o aqui escreveu ou filmou esta obra, aqui pintou este quadro ou registou esta ou aquela fotografia, aqui fez este ou aquele discurso. Assim se redesenham novos mapas de vidas presentes e passadas, se salientam traços biográficos e a estes se associam lugares, cidades, casas, bairros, quintas ou aldeias, estâncias turísticas, cafés ou hotéis, cárceres, campos de tortura ou cemitérios.

Estas múltiplas dimensões da paisagem resultam do balanço dinâmico entre os mais conservadores elementos fixos e endógenos e os contributos de fatores de mobilidade, daqueles que, multiterritoriais e no geral mais abertos à inovação, se movimentam no espaço, deixando aqui e ali a sua pegada, como se verá mais adiante a propósito das diásporas.

A inércia do local pode tentar o cartógrafo que procura zonamentos espaciais em mosaico, paisagens culturais e identidades encerradas em si, áreas homogêneas bem delimitadas, com forte uniformidade interna e clara separação de um mundo exógeno que lhe é exterior. Este simplificado *localismo globofóbico* (Ferrão, 2001) sustenta o determinismo político de Samuel Huntington (1999), segundo o qual cada uma dessas peças tem um dinamismo próprio, quase sempre no sentido de imposição perante a paisagem do *Outro*, daquele que é diferente, acabando todo o sistema por caminhar para um choque de civilizações, uma guerra global de identidades cristalizadas mas com ambições expansionistas.

A compressão do espaço-tempo e as conceções mais abertas da territorialização da cultura aconselham, contudo, mais cautelas. Não é fácil nem óbvia a delimitação entre paisagens culturais. O dinamismo é grande, as interseções são muitas, os canais de contacto e os hibridismos são abundantes e as fronteiras permeáveis e fluidas, numa lógica territorial pouco sensível a estruturas rígidas do espaço, a começar pelas rígidas delimitações dos Estados-Nação, não estivesse já o citado Torga (1959) ciente dessa

mescla transnacional quando, no diário de 1959, se refere à paisagem galega também como minhota.

Longe de qualquer *globalização uniformizadora* (Ferrão, 2001), esta integração não dilui a geodiversidade, valor patrimonial importante nas políticas territoriais e nas mais recentes tendências de consumo do espaço, expressas em atividades geográficas, económicas e culturais como o turismo. A paisagem, enquanto síntese espacial de múltiplas escalas geográficas, da local à global, todas plasmadas no mesmo horizonte que se percebe, vive e apropria, caracteriza-se por uma geodiversidade espacial, sincrónica pode-se acrescentar, definindo lugares, cidades e vilas, montanhas e vales, regiões e parques naturais, com matrizes próprias, ainda que nem sempre fáceis de demarcar.

Assim se apresenta o território português: pequeno, se comparado com os grandes espaços continentais, mas heterogéneo. Depois da revolução dos transportes pós adesão europeu e respetiva compressão do espaço-tempo, Portugal é percorível cada vez em menos tempo.

Ainda assim, é um espaço geográfico diversificado, porque os materiais dominantes dos suportes físicos se impõem, aqui mais o calcário, ali mais o granito, acolá talvez o quartzito ou xisto; porque o relevo diferenciado também deixa as suas marcas, nas serranias do noroeste português, mas também nos vales, com as encostas mais sombrias e as mais soalheiras que acompanham o Douro, nas geomorfologias alentejanas mais suaves ou nas linhas de costa, mais arenosas aqui, mais abruptas logo de seguida.

Esta geodiversidade espacial permite delinear fronteiras e áreas de transição, numa Geografia que Orlando Ribeiro (1992), ainda Portugal não havia passado por alguns dos mais importantes dinamismos paisagísticos do século XX, associou ao granito e ao barro, a um norte mais condicionado por uma romanização mais prolongada e a um Portugal meridional também tocado, durante mais tempo, pelas marcas históricas de uma islamização com testemunhos que ainda perduram.

A este Portugal de heterogeneidades histórico-geográficas de longa duração acrescenta-se a geodiversidade espacial que resulta de um país assimétrico nas intervenções paisagísticas mais recentes, não apenas porque as polarizações demográficas são hoje mais acentuadas mas também porque as políticas públicas e privadas de construção de paisagem nestes novos ciclos pós adesão europeia criaram novos antagonismos, outras fronteiras e heterogeneidades, numa matriz territorial híbrida que confunde o urbano do rural, num contínuo nem sempre bem articulado.

A esta geodiversidade espacial e sincrónica acresce-se outra, a que se observa com os olhos fixos num referencial geográfico mas, desta vez, fazendo movimentar o tempo. Nesta perspetiva, nota-se que as paisagens são diferentes de si próprias consoante as

cronologias e os calendários, apresentam ritmos de mudança, regulares alguns, irregulares outros, de curto prazo em certos casos, de longo prazo noutros, mudanças reversíveis, por vezes, outras nem tanto. Muitos destes ritmos têm a assinatura dos ciclos naturais, dos que fazem o dia solar oscilar com a noite, daqueles que, na latitude de países como Portugal, trazem as sazonalidades das estações do ano e, com estas, os ajustamentos paisagísticos de territorialidades que se vão também adaptando a essa sequência previsível.

Mudam as geografias cromáticas, alteram-se os cheiros e as gastronomias, são também diferentes as estéticas, entre o verde dominante do Alentejo algures por Março ou Abril, e os ambientes mais tórridos de cromatismos quentes no mês de Agosto, já depois de Maio, até à queda das primeiras precipitações, lá mais para o Outono. Esta geodiversidade temporal, ou diacrónica, pode também resultar da ação humana, do labor que marca as paisagens rurais, dos ciclos de plantas que o Homem vai acompanhando, como as vinhas no Douro, um tapete verde carregado de fruto até à data das vindimas, encostas mais despidas depois dessa safra coletiva.

Também nas cidades as cores mudam com o tempo, a relação da população com os espaços se vai ajustando aos calendários, também aqui porque, nalgumas épocas do ano, a natureza impõe territorialidades mais abertas ao espaço público em esplanadas, praças ou jardins ou, quando o desconforto é maior, espacialidades mais fechadas que se refugiam na intimidade confinada do bar ou da habitação, do clube privado ou do centro comercial.

Nos espaços rurais mas também nas áreas urbanas, esta geodiversidade ritmada pelos calendários é também vivida pela cadência dos acontecimentos, das celebrações, dos eventos, todos com registos paisagísticos que os diferenciam, marcas que vão moldando os espaços geográficos, muitas das vezes com elementos efémeros que agora se colocam para depois, daqui a algumas semanas, se retirarem. Assim acontece, apenas um exemplo, com o Natal, celebração laico-cristã que enforma aldeias, vilas e cidades, nestas últimas criando cenários tecnológicos de múltiplos cromatismos de encenação e exaltação temporária dos sentidos.

É por tudo isso que se reafirma a paisagem como um espaço de acontecimentos e narrativas, um lugar de celebração e homenagem, uma representação de valores e ideologias nem sempre harmoniosas, quase sempre conflituosas porque a paisagem é também um meio de afirmação de poderes, como se discutirá com o exemplo europeu.

A PAISAGEM ENQUANTO EXPRESSÃO SIMBÓLICA. UM OLHAR SOBRE A EUROPA DAS PAISAGENS CULTURAIS, SEGUNDO STEINER

Para Gaspar (2001, p.84), “A paisagem (...) voltou a estar na agenda dos geógrafos”, facto que se confirma no crescente número de autores, publicações e eventos científicos que, seguindo múltiplas abordagens teórico-metodológicas, se têm dedicado a este tema. Numa difícil sistematização, o renovado interesse pelo espaço geográfico analisado a partir da paisagem tem-se dispersado por duas perspectivas diferentes mas complementares. Por um lado, segundo Salgueiro (2001), seguem-se as correntes físico-ecológicas que vêm este objeto de estudo como um território material, objetivo, mensurável e cartografável. Por outro, esta focalização tem sido acompanhada por uma abordagem fenomenológica mais humanista e cultural que, não se desenquadrando dos parâmetros de objetividade que devem sempre acompanhar a Geografia, se centram nas dimensões mais subjetivas da paisagem e no modo como esta é percebida, representada e apropriada sob o ponto de vista simbólico. Deste modo, a paisagem é um objeto representado e, ao mesmo tempo, uma expressão material de representações múltiplas que se territorializam, nem sempre em harmonia.

A respeito da multidimensionalidade das paisagens urbanas europeias, sigam-se as palavras de Steiner (2007, p.32):

“As ruas, as praças calcorreadas pelas mulheres, crianças e homens europeus são (...) designadas segundo estadistas, figuras militares, poetas, artistas, compositores, cientistas e filósofos. (...). A minha própria infância em Paris fez-me tomar, em inúmeras ocasiões, a Rua Lafontaine, a Place Victor Hugo, a Pont Henri IV, a Rue Théophile Gauthier. As ruas em torno da Sorbonne têm nomes de grandes mestres da escolástica medieval. Celebram Descartes e Auguste Comte. Se Racine tem a sua rua, também a têm Corneille, Molière, Boileau. O mesmo se aplica ao mundo germanófono, à miríade de Goetheplätze e Schillerstrassen, às praças que devem o seu nome a Mozart ou Beethoven. O menino da escola e os homens e mulheres urbanos da Europa habitam verdadeiras câmaras de ressonância de feitos históricos, intelectuais, artísticos e científicos (...). Cidades como Paris, Milão, Florença, Francoforte, Weimar, Viena, Praga ou S. Petersburgo são crónicas vivas. Ler as respectivas placas toponímicas é folhear um passado presente. (...) A Place Saint-Germain tornou-se Place Sartre-Beauvoir. Francoforte acabou de atribuir a uma praça a designação Adornoplatz. Em Londres, a prodigalidade de placas azuis identifica as residências nas quais (...) se pensa terem vivido cientistas (...), artistas e escritores medievais, renascentistas ou vitorianos (...). Os escudos afixados em

tantas residências europeias não falam apenas de eminência artística, literária, filosófica ou política: comemoram séculos de massacres e sofrimento, de ódio e sacrifício pessoal”.

Esta paisagem europeia transporta sinais do passado mas também subtis diretivas políticas. As cidades vão enredando teias narrativas, as ruas vão contando histórias, reavivando memórias, celebrando e comemorando, num exercício que não é ideologicamente neutro e constitui um instrumento de afirmação política, com mensagens nem sempre bem entendidas por serem, nalguns casos, anacrónicas e representarem mais o passado que o presente. Esse desenquadramento ocorre com o turista mais apressado que nem sempre vê, mas também com o cidadão local que, transeunte mais desatento, assimila os nomes e os topónimos mais para se orientar na sua vida quotidiana e menos para (re) pensar a matriz do lugar.

Nesta Europa das paisagens que são textos simbólicos, o caso português não é diferente, também em particular nos espaços urbanos. Territórios geossimbólicos, nas cidades portuguesas, a toponímia de identificação de bairros, ruas, praças e avenidas, assim como a simbologia de espaços públicos com estátuas, bustos, placas identificativas e outras inscrições, é uma viagem pela História local. Assim se perpetua o nome de personalidades reconhecidas pelos poderes municipais, de beneméritos, de algum antigo governante, pároco ou professor, de um industrial que terá deixado marcas no município, de alguma celebridade nacional ou internacional que ali terá nascido ou vivido, evitando-se pela paisagem urbana o risco de apagamento da memória, como se o lugar receasse desvincular-se de uma biografia cuja filiação geográfica se quer reafirmar porque algumas trazem prestígio e outras, olhando para o turismo cultural, sustentam estratégias de desenvolvimento.

Apesar da patrimonialização local de personagens, acontecimentos ou quaisquer outros particularismos apenas compreensíveis por quem conhece e vive esses espaços geográficos, é possível identificar narrativas comuns que modelam e, usando uma expressão de Miguel Torga (1959), dão significado à paisagem das cidades portuguesas.

Muitas dessas expressões geossimbólicas expressam, em cada canto do território português, uma ideologia coletiva de afirmação dos valores nacionais porque, como se referiu, é também através da paisagem que o Estado se constrói e afirma (Lowenthal, 1994). Numa viagem aleatória pelas paisagens urbanas portuguesas, é frequente o encontro com narrativas de glorificação dos Descobrimentos Portugueses que, desde inícios do século XV, afirmam a nação portuguesa fora do território peninsular. Alusões a algum navegador ou personagem da época, de Vasco da Gama ao Infante Dom Henrique, das viagens às

epopeias, dos lugares achados às glórias vividas pelos portugueses, este é um discurso transversal que entronca com um outro - aquele que vangloria o nascimento da nação.

Se é verdade que se patrimonializa o engrandecimento português para o exterior da Europa, é também frequente comemorar os heróis da Reconquista Cristã. Se no primeiro caso se territorializa a dinastia de Avis, no segundo densifica-se a paisagem comemorando os feitos da dinastia de Borgonha, de Afonso Henriques a D. Sancho II, de D. Dinis à Rainha Santa Isabel ou aos Cavaleiros do Templo.

Nesta geografia simbólica de cariz nacionalista também se assinalam episódios como o 1º de Dezembro de 1640; as Guerras da Restauração, com os seus heróis, lugares e acontecimentos e, data mais recente, o 5 de Outubro de 1910, implantação de um novo regime, uma esperança feita património urbano nas Praças da República, micro-territórios de encontro presentes um pouco por todo o país.

A glorificação dos Heróis do Ultramar, dos mártires das guerras coloniais mas também da I Guerra Mundial, assim como a apropriação urbana da revolução de 1974, são elementos estruturantes da geografia ideológica de Portugal. Neste último caso, topónimos como Salgueiro Maia ou 25 de Abril são comuns nos lugares que se associaram à democracia, deixando cair outras denominações, como o mais comum dos exemplos: a antiga Ponte Salazar, atual Ponte 25 de Abril que, unindo as duas margens do Tejo, foi palco de um simbólico ajuste de contas com o passado.

Para além de territórios políticos, as cidades portuguesas são geografias literárias, espaços que evocam obras e escritores, a começar pelo mais representado, aquele que identifica e unifica uma nação com históricas dificuldades de afirmação no contexto ibérico – Luís de Camões e os *Os Lusíadas*.

Como refere Miguel Torga nos diários que nos têm acompanhado nesta análise, Portugal será uma ilha entre o Atlântico e Espanha, um país de difícil relevância, de uma centralidade por (re) descobrir mas com uma mentalidade de andarilho, de almocreves do mar e da terra. Sem determinismos de natureza geográfica, a literatura tem sido um dos sustento de uma nação com escassa viabilidade. As paisagens urbanas, também nacionalistas neste ponto de vista, vão desfilando livros, vidas ficionadas e nomes de autores, de Eça de Queirós a José Saramago, de Rodrigues Miguéis a Alexandre Herculano. Esta toponímia celebra ainda outro dos fundamentos da afirmação política portuguesa – a religião católica e as celebrações religiosas. Sem Roma, Portugal não teria sido país. Por isso se devolve esse tributo através de paisagens que, filiando-a a uma corrente cultural, agregam e consolidam a comunidade. Na paisagem simbólica portuguesa lembram-se as narrativas bíblicas, mas também as devoções a Fátima, património de identidade nacional feito mensagem da *city-text* de muitas localidades.

Pensar paisagens, assumi-las como representações culturais mas também expressão de apropriações ideológicas, políticas e turísticas, implica refletir o movimento, as filiações e desfiliações, as perdas e os ganhos, porque é dessa mobilidade que se vão moldando as cidades e as paisagens, urbanas e não urbanas.

Esta perspetiva não ficará completa sem o conceito de desterritorialização. Segundo Rogério Haesbaert (2004), a multiterritorialidade das populações concretiza-se por ciclos constantes de perda e renovação de espacialidades (desterritorialização, no primeiro caso; reterritorialização, no segundo). A cada perda de territórios pessoais ou coletivos, deve seguir-se uma renovação que, no mesmo local ou em movimento, recupere patamares de segurança ontológica. Esta reterritorialização tem uma dupla dimensão - a funcional e a simbólica.

Na sua dimensão material e simbólica, a paisagem pode ser um fator de (re) afirmação de poderes de populações mais frágeis e desterritorializadas e, ao mesmo tempo, um fator de progresso económico. Neste, como noutros casos, a paisagem é a resultante de múltiplas representações que servem quer os intentos de poder, quer outras atividades confinantes, como o turismo.

AS PAISAGENS E AS REPRESENTAÇÕES – DA RETERRITORIALIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS TURÍSTICOS

Como atrás de referiu, as paisagens, na sua morfologia mas também nas dinâmicas que as animam, podem ser fatores de identidade. Esta conceção aplica-se às comunidades confinadas que gravitam em torno da sua origem e nascente, para aplicar mais uma vez, a expressão de Torga, mas também para aquelas que se desterritorializam migrando, desconstruindo as territorialidades em espaços geográficos familiares para depois procurar a respetiva reconstrução em lugares mais longínquos.

Essa resiliência espacial, uma reterritorialização funcional e/ou simbólica, é importante para o entendimento da geografia de atores como as diásporas, da portuguesa à judaica, da italiana à caboverdiana. Comunidade deslocada com uma origem comum, trata-se de uma rede migratória organizada a partir de um centro divergente e um conjunto variável de vértices para os quais convergem esses migrantes. Esses vértices variam consoante a localização geográfica, a dimensão mas também a distância histórica ao ponto de partida. Esta estrutura de descontinuidade espacial é caracterizada pelos laços e canais de contacto e pelos fluxos que circulam entre todos os elementos do sistema (Coles e Timothy, 1994).

A partir do reconhecimento de uma origem comum, estabelecem-se pontes biunívocas de comunicação entre o centro e os vértices e, nalguns casos, entre os próprios vértices.

Esses fluxos fazem circular diferentes formas de capital, do demográfico ao financeiro e económico, do poder político ao cultural, da língua a outras manifestações de filiação, como a religião, o desporto, a gastronomia, a música, a literatura ou o cinema. Se a deslocação a partir do ponto de origem é um processo de desterritorialização, é nos lugares de chegada que essas comunidades se reterritorializam, encenando os lugares de partida, modelando paisagens por adaptação, nestes novos referenciais geográficos, de elementos transpostos a partir dos lugares de partida dessa diáspora. Assim se transpõem elementos paisagísticos como a toponímia, geossímbolos como a arquitetura, as técnicas agrícolas e as devoções, as soundscapes e as territorialidades expressas em referências como o calendário de comemorações religiosas ou laicas. É esta encenação do centro que explica as paisagens de matriz italiana, austríaca, alemã, japonesa ou portuguesa num país de imigração como o Brasil, no qual cidades como Ouro Preto (Minas Gerais) e Blumenau (Santa Catarina) ou microterritórios como o Bairro da Liberdade, em São Paulo, servem de exemplo.

É certo que essa reterritorialização se pode fazer por diluição com o local de chegada, neste caso com escassa expressão paisagística, mas esta pode ocorrer por um processo de confinamento pouco permeável ao exterior de proximidade, como se o poder e a segurança ontológica pretendida pelas comunidades imigrantes se concretizasse através de células identitárias que evocassem os lugares ancestrais.

Este processo de deslocalização de elementos paisagísticos é quase sempre uma replicação de expressões paisagísticas de identidade mais permeáveis ao hibridismo e à adaptação que à mera transposição de elementos. Significa isto que não se transpõem cópias fiéis mas que estas se adaptam aos lugares de chegada tal como, no continente americano, a cultura europeia se territorializou de forma muito heterogénea. Desde logo, porque a Europa de origem é muito diversificada, mas também porque os lugares de chegada também promoveram essa diferença.

Isto aplica-se à arquitetura mas também a outras expressões paisagísticas, que o comprovem a multiplicidade de soundscapes que, com uma mesma raiz africana e um transportador comum – a *middle passage* que trouxe a população escrava do Velho para o Novo Mundo, densificam agora a geografia cultural do continente americano, do norte ao sul, do jazz ao blues, do samba às sonoridades do Caribe (Bohlman, 2002).

A esta encenação do lugar de partida, que constrói paisagem, acrescentem-se as paisagens modeladas pelos emigrantes regressados, também estes veículos de transporte de elementos paisagísticos entre os vértices e os lugares de origem destas diásporas. Estes são agora recetores de inovações transportadas por emigrantes que, deste modo, querem

demonstrar sucesso e afirmar poder naquela que poderá ser considerada uma nova reterritorialização.

Assim se deram algumas das mais importantes ruturas na paisagem portuguesa que o século XX herdou do século anterior. Os ciclos migratórios para o Brasil, primeiro; e para outros países do continente americano e da Europa, depois, trouxeram de volta elementos que romperam com a matriz rural de grande parte do país emissor de emigrantes. A arquitetura tropicalista do 'brasileiro', muito comum na faixa litoral que, de Coimbra para norte, tem o seu epicentro em Fafe; e a construção afrancesada que, um pouco por todas as regiões do norte e centro, criaram cortes com o tradicionalismo estudado por Orlando Ribeiro em meados do século XX (bem expresso em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*).

Novas fisionomias, outros materiais, diferentes cromatismos, elementos simbólicos estranhos à tranquila portugalidade de então e maior dispersão do povoamento, estes alguns dos traços dominantes numa paisagem que se alterou a partir do exterior, uma paisagem agora mais híbrida, construída em grande parte sobre os escombros de uma lógica espacial marcada por uma rápida destradicionalização (e desruralização), como se esse fosse o preço a pagar pelo progresso, procurando agora a qualidade de vida que se viu lá fora, importando modelos estéticos e funcionais, buscando ao mesmo tempo uma exibição que lhe traga o reconhecimento dos seus pares (Domingues, 2010).

É assim que esta paisagem se torna uma representação - uma vaga, distante e adaptada representação dos lugares de acolhimento do emigrante; uma representação da riqueza e ascensão social alcançada por este; um símbolo de distinção dos que regressando, de modo definitivo ou apenas por períodos sazonais, não mais voltarão às condições do passado, pelo menos o assim querem fazer crer. Esta paisagem em mutação, espaço atrativo, de acolhimento e fixação de capitais externos na maior parte das vezes investidos na habitação, não apenas modificou parte substancial do espaço geográfico português como serviu ainda de modelo aos que, não emigrando, também depois inovaram na construção de novas habitações numa outra lógica espacial, mais longe do tradicional centro de gravidade das aldeias, mais afastadas da igreja e da casa paroquial, distribuídas em linha por estradas que agora se reformavam em ruas, porque a mudança já estava feita, a novidade já lá estava, a que tinha vindo do Brasil, porventura de França ou algures da Alemanha ou Suíça.

Estas paisagens das migrações são o sinal vivo de um mundo em movimento, de uma geografia humana instável mas empreendedora, porque transporta daqui para realocar ali, num gesto que pode não ser uma mera deslocação repetitiva mas sim um ato inovador, porque esse movimento liberta energias criadores nos hibridismos e cruzamentos múltiplos que trazem novidades e enriquecem patrimónios. A arquitetura portuguesa no Brasil não

deixou de se adaptar a outros climas, do mesmo modo que o tropicalismo trazido pelos portugueses também não escapou aos invernos mais rigorosos vividos na Europa.

A ideia das paisagens dinâmicas enquanto representação atravessa os tempos e modela os novos lugares, as cidades e as não cidades, os espaços mais densos mas também os de menores densidades.

No limite, a territorialização dessas representações é uma das matrizes das paisagens pós-modernas, sobretudo as associadas ao lazer e turismo. A paisagem é uma representação de valores, práticas e identidades culturais. No entanto, essa mesma paisagem é a resultante dinâmica da territorialização de outras representações, do cinema à literatura e desta à pintura, para citar alguns dos exemplos mais relevantes.

É certo que a paisagem tem inspirado a criatividade de cineastas, escritores ou pintores, que assim, com linguagens mais ou menos codificadas, têm representado esses espaços geográficos. Contudo, nesta pós-modernidade de desenvolvimento do lazer, do turismo e das indústrias criativas, essas representações devolvem-se ao espaço e modelam, elas próprias, novos padrões paisagísticos.

Rotas de escritores e obras literárias, de quadros e pintores, mais ou menos articulados ou organizados em ofertas turísticas, como os itinerários culturais do Conselho da Europa, assim se atribuem novas densidades e narrativas a lugares associados a esta ou aquela obra, a este ou aquele criativo. Nestas áreas de produção cultural, o cinema é um dos que mais se territorializa, sobretudo na construção de paisagens turísticas. Hoje o consumidor turista procura os lugares de rodagem de um filme, os espaços de vida do ator ou do realizar, os museus de patrimonialização mas também os lugares de exibição, estreias e competição de obra cinematográficas. Estas representações têm, nas paisagens pós-modernas, a sua máxima expressão nos parques temáticos, espaços de lazer e turismo, pontos de convergência de consumidores que procuram ocupar os tempos livres em territórios plastificados da imaginação que encenam personagens e narrativas.

Estas paisagens intertextuais são investimentos que orientam fluxos turísticos à escala global porque seduzem mercados urbanos que procuram momentos de fuga da realidade, lugares que territorializam mitos cuja origem se perde numa difusa rede criativa que cruza linguagens e registos, do cinema à televisão, da literatura à fotografia. Por isso, na Eurodisney (de Paris) se representam Indiana Jones; as personagens do universo Disney; o mítico Oeste Americano; a mais indefinida Casa Assombrada ou a experiência de desterritorialização de Robinson Crusoe.

A compressão superficial de símbolos desta cultura massificada criou uma nova centralidade turística em Paris, posicionou esta cidade numa rede de paisagens encenadas que, nesta territorialização do mundo criado por Walt Disney, vai da Florida à Califórnia e

daqui ao Japão. Noutros parques, como na Isla Mágica, em Sevilha, sem se abandonar um perímetro restrito, viaja-se para África, para os mares quentes das Caraíbas ou para a floresta da Amazónia, numa paisagem comprimida que ali concentra o mundo mas que tem escassa permeabilidade face ao exterior imediato. Por isso os parques temáticos atraem turistas e tudo ali se faz para os reter entre portas e muros, confinados em espaços multifuncionais que oferecem a viagem ao fantástico mas também a loja de recordações, o restaurante e o hotel.

Estas paisagens pós-modernas têm, em Las Vegas, outras das expressões territoriais de um mundo em movimento que faz circular geossímbolos, um universo de *landmarks* com cópias desenraizadas dos lugares originais. Na cidade do jogo e do devaneio, a paisagem representa um mundo simulado, uma representação tecnológica de luz e cores de um espaço urbano que se reúne em torno das pirâmides de Gizé, das Gôndolas de Veneza ou da Torre Eiffel, como se o mundo todo ali estivesse, no esplendor espectacularizado da compressão do espaço-tempo, num cenário que evoca velhas geografias mas que constrói novos espaços, novas expressões paisagísticas que pouco se entendem sem que a estas se associem os conteúdos digitalizados de uma cultura de massas que estimula mercados turísticos.

Esta cidade, marcada pelos feixes eletrizados de luzes intermitentes, atinge o seu esplendor na noite, quando a claridade se apaga e emerge no deserto o oásis tecnológico que melhor caracteriza a efemeridade, a desconstrução e os excessos das paisagens pós-modernas. Nesse ponto de vista, Las Vegas é a cidade que mais se aproxima da ideia de parque temático, é um lugar encenado de simbologia falsa que faz do espaço urbano um território acelerado de entretenimento mas também de fixação de capitais (Baudrillard, 1991).

Longe vai o início deste ensaio, quando se socorreu de Torga para assinalar a densidade e a lentidão das paisagens que o escritor mais calcorreou em meados do século XX, serranias de comunidades conservadoras, cidades que foram preservando o tempo duradouro e geografias que se entranhavam no ser humano que as conhecia e apropriava com tempo, respeitando as cadências de uma História mais pausada. Naqueles diários, Miguel Torga lá foi registando os sinais de mudança, as acelerações que rompiam com o passado, as barragens que alteravam cenários e o quase antropológico desejo de olhar para fora, para o exterior, para referenciais geográficos que arranquem o ser humano das amarras do local e o conduza a uma existência universal mais integrada, num mundo mais estreito e interligado:

“As pátrias estão a acabar dentro de nós. A devoção ao local já não consegue esconjurar a tentação do univeral. O homem começou, de resto, por ser um bicho nómada e, clara ou brumosamente, conservou sempre nos cromossomas a nostalgia do longe. Nunca nenhum país, por maior que fosse, correspondeu à extensão interior dos seus filhos mais exigentes, e é quase certo que haveria, larvada, uma grande dose de curiosidade laica nas santas peregrinações do passado. Hoje em dia, porém, a inquietação é descarada e colectiva. Todo o enxame quer ver o que se passa fora do cortiço. O caso individual do aventureiro inconformado de outrora, que saltava o risco nacional, ou a transumância do rebanho penitente, que em fila indiana e com vieiras no chapéu vinha de Cascos de Rolha a Compostela, deram lugar a um excursionismo oficial e maciço por conta da unidade do mundo, de que já todos nos sentimos, pelo menos, cidadãos honorários. Razões múltiplas, instintivas, mentais, económicas, técnicas e outras, esfumaram progressivamente as fronteiras da consciência cívica. Que o diga Fernão de Magalhães, o patriarca dessa conquista espacial da liberdade...” (Torga, 1964, pp.93-94).

Contudo, longe estaria Torga de imaginar a transformação, os ritmos, a aceleração e a velocidade da geografia que se avizinhava, o mundo plastificado do efémero e do espetáculo. Acima de tudo, longe estaria de imaginar o papel da literatura e de outras representações, como o cinema ou a banda desenhada, que não só se inspiraram em paisagens como se devolveram a estas, num processo intermediado pelo turismo e pelo lazer, mas também pela procura do fantástico por populações agora com identidades mais complexas.

No *Diário IX*, numa viagem por Espanha, Torga (1964) lá foi associando lugares a personagens, paisagens a celebridades: Salamanca a Unamuno; Trujillo a Pizarro; Ávila a Santa Teresa; Granada a Lorca; Toledo a El Greco, e por aí adiante, numa Espanha, no seu todo, encarnada no espírito de D. Quixote e no anti-espírito de Sancho Pança, foram estas as palavras do escritor. Viajando no tempo, esta leitura não perdeu atualidade, os lugares renovaram agora essa dimensão topobiográfica, porque esta lhes confere centralidade, interesse turístico, alguma ou outra vantagem comparativa, num processo seletivo quase sempre político e ideológico. As paisagens plastificadas da pós-modernidade não deixam também de representar vidas e nomes, celebridades da cultura de massas que povoam parques temáticos, mas estas podem ser personagens ficionadas e intertextuais que viajam por canais de comunicação e consumo como a televisão, o cinema ou a banda desenhada para depois se espacializarem em paisagens de divertimento, como a Alice do País das

Maravilhas, ou o Indiana Jones, algures na Eurodisney ou em qualquer outro parque pós-moderno de diversões (Bryman, 2009).

Estas novas paisagens, diferentes das vistas, sentidas e descritas por Miguel Torga, miniaturizam o mundo e capturam referenciais geográficos mitificados em cenários emoldurados que atraem turistas. Ao contrário do mundo de Torga, estes palcos de diversão representam a ausência do tempo, da duração e da permanência. Estes ergueram-se num instante, como se podem depois pulverizar num ápice, num fragmento cronológico que os considere anacrónicos ou que apenas os deslocalize para outro referencial geográfico. Neste aspeto, tudo o que separa do mundo geográfico de Torga, uma paisagem que o escritor sentiu na sua lentidão compassada, duradoura, densa, numa experiência territorial que exige tempo e permanência. Contudo, neste mundo pós-moderno, a existência de uma geografia não implica o desaparecimento de outra. Apesar do aparente encolhimento do mundo e da sua diluição perante a velocidade, a geodiversidade persiste à escala do globo mas é evidente no contexto europeu, setor ocidental da Eurásia marcado por localismos, por ruturas e fronteiras, facto que enriquece este continente ao mesmo tempo, são assim as contradições, que dificulta a sua articulação num projeto comum consistente que, avance para onde avançar, não deve caminhar à margem das culturas e respetivas territorializações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, A (2008). *A Ideia De Paisagem*. Figueirinhas, Porto.

Baudrillard, J. (1991). *Simulacros E Simulação*. Relógio D'água, Lisboa.

Bohman, P. (2002). *World Music. A Very Short Introduction*. Oxford University Press. Oxford.

Bryman, A. (2009). *The Disneyization Of Society*. Sage. London.

Claval, P. (2007). "Changing Conceptions Of Heritage And Landscape", In Moore, N. And Whelan, Y. (Eds.). *Heritage, Memory And The Politics Of Identity. New Perspectives On The Cultural Landscape*. Ashgate. Aldershot.

Coles, T. e Timothy, D. (Eds.) (2004), *Tourism, Diasporas And Space*. Routledge, London.

Cosgrove, D. (1998), *Social Formation And Symbolic Landscape*. University Of Wisconsin Press, Madison.

Domingues, A. (2001). "Paisagem Revisitada", In *Finisterra*, Vol.Xxxvi, Nº72, Centro De Estudos Geográficos, Lisboa.

- Domingues, A. (2010), *A Rua Da Estrada*. Equações De Arquitectura, Dafne Editora, Porto.
- Ferrão, J. (2001), "Território, Última Fronteira De Cidadania?", In *Cadernos De Geografia*, Número Especial, Instituto De Estudos Geográficos, Faculdade De Letras, Coimbra.
- Gaspar, J. (2001), "O Retorno Da Paisagem À Geografia. Apontamentos Místicos", In *Finisterra*, Vol.Xxxvi, Nº72, Centro De Estudos Geográficos, Lisboa.
- Haesbaert, R. (2004). *O Mito Da Desterritorialização*. Bertrand Brasil, Rio De Janeiro.
- Huntington, S. (1999). *O Choque Das Civilizações E A Mudança Na Ordem Mundial*. Gradiva, Lisboa.
- Lowenthal, D. (1994). "European And English Landscapes As National Symbols", In Hooson, D. (Ed.), *Geography And National Identity*. Blackwell, Oxford.
- Ribeiro, O. (1992). *Geografia e Civilização*. Horizonte Histórico, nº41, Livros Horizonte, Lisboa.
- Ribeiro, O. (2011). *Portugal, O Mediterrâneo E O Atlântico*. Edição Livraria Letra Livre, Lisboa.
- Salgueiro, T. (2001). Paisagem E Geografia. In *Finisterra*, Vol.XXXVI, Nº72, Centro De Estudos Geográficos, Lisboa.
- Steiner, G. (2007). *A Ideia De Europa*. Gradiva, Lisboa.
- Torga, M. (1959). *Diário VIII*, Edição de autor, Coimbra
- Torga, M. (1964). *Diário IX*, Edição de autor, Coimbra
- Vieira, A., Cunha, L. (2006). "Património Geomorfológico – De Conceito A Projecto. O Maciço De Sicó". *Publicações Da Associação Portuguesa De Geomorfólogos*, 3.

